

OS MEUS, OS TEUS E OS NOSSOS DIREITOS: FORTALECENDO UMA RELAÇÃO COM A COMUNIDADE

Coordenador: RAQUEL DA SILVA SILVEIRA

Esta ação extensionista vem sendo construída desde julho de 2005, quando o Centro Universitário Ritter dos Reis - UniRitter, inaugurou o Serviço de Assistência Jurídica Gratuita - Sajuir, em seu campus de Porto Alegre. Naquele momento, o Núcleo de Relações Comunitárias do curso de Direito - integrante da proposta extensionista desta instituição - assumiu a responsabilidade de divulgar este novo serviço e construir estratégias de aproximação com a comunidade do seu entorno. A proposta de prestação de serviços jurídicos a classes populares por este Centro Universitário está relacionada com a formação de operadores do Direito, no sentido de oferecer um espaço para uma prática real dos seus conhecimentos, bem como de possibilitar aos alunos o contato com os problemas sociais de nossa realidade. Inúmeras são as causas que dificultam o acesso à justiça de grande parte da população, tais como: falta de informações sobre os seus direitos; dificuldades conjunturais de efetivação dos mesmos; condições precárias de vida; inserção do tráfico de drogas e de um Estado paralelo nos bairros populares. Neste contexto, as instituições de formação de operadores de Direito podem desempenhar uma importante função social, tanto no sentido de ampliar o campo de possibilidades de acesso à justiça das classes populares, quanto de fortalecer a comunidade na luta por políticas públicas. Dentro desta realidade, este trabalho de extensão universitária tem por objetivo geral propiciar um espaço de trocas com lideranças comunitárias do bairro Cruzeiro do Sul, em Porto Alegre, sobre direitos fundamentais, acesso à justiça e políticas públicas. Os objetivos específicos são: reconhecer os saberes populares; sensibilizar os alunos de Direito sobre sua função social; fortalecer o vínculo do UniRitter com a comunidade do seu entorno. Por tratar-se de um bairro com forte presença do tráfico de drogas, a inserção do Núcleo de Relações Comunitárias partiu dos contatos já estabelecidos pela instituição com as escolas e creches comunitárias. Além disso, procuramos o posto de saúde mais próximo do UniRitter para tentarmos circular com maior liberdade e segurança pelos becos do bairro com os agentes de saúde. Essa idéia de circulação com servidores do Programa da Família não foi aceita pela Secretaria Estadual da Saúde. Como segunda estratégia de aproximação destes representantes comunitários, iniciamos um trabalho com os agentes de saúde dentro do próprio posto, no qual discutíamos a Constituição Federal. Esta atividade também foi vetada pela Secretaria de Saúde, pois entenderam que estes espaços de discussão sobre direitos poderiam

interferir e confundir os servidores quanto ao seu papel e função no âmbito da saúde pública. Assim sendo, decidimos construir uma metodologia de trabalho que permitisse a continuidade do vínculo com aqueles agentes de saúde, bem como ampliasse o nosso contato com outros representantes comunitários. Passamos a contatar associações do bairro e a convidá-los para participarem de oficinas de discussão sobre direitos dentro do nosso Centro Universitário. Foram realizadas seis oficinas que discutiram cidadania, Direito do Trabalho, Direito do Consumidor e Política Pública. No primeiro encontro foram feitas as devidas apresentações e foi discutida uma proposta de programa, a qual foi bem aceita. Dentro do roteiro de trabalho, havia espaço para sugestão de temas pela comunidade. Desta forma, as temáticas do terceiro e do quarto encontro foram construídas em conjunto com os presentes, que definiram a necessidade de discutirem questões relativas ao Direito de Família e ao Direito Previdenciário. Todos os encontros foram baseados na Constituição Federal, com a distribuição de cópias dos artigos correspondentes. Os participantes foram principalmente agentes de saúde e um líder comunitário que compareceu duas vezes acompanhado de alguns moradores do bairro. Como resultados parciais desta primeira etapa do projeto, destacamos a confrontação de saberes acadêmicos e populares, em que os estudantes de Direito puderam verificar que a dificuldade de acesso à justiça tem causas mais complexas do que a falta de informações. A idéia de que a discussão sobre a Constituição Federal levaria a processos de conscientização sobre os direitos da população foi posta em xeque, em virtude da apropriação de saberes que os participantes das oficinas tinham no enfrentamento político da falta de efetividade da presença do Estado naquela comunidade. A maioria deles participam ativamente dos espaços coletivos de reivindicação de melhorias para o bairro. Assim sendo, as discussões nas oficinas foram muito ricas e produtivas, pois os saberes teóricos aprendidos em sala de aula ganharam colorido diferente ao se encontrarem com a prática e a experiência dos saberes das lideranças populares. A participação da comunidade nos encontros foi variável, sendo que nem sempre estavam presentes as mesmas pessoas. Embora eles se mostrassem muito interessados nos encontros que participaram, houve faltas sob alegação de problemas pessoais ou de trabalho, que não permitiu o comparecimento de todos na totalidade dos seis encontros. Outro resultado que salientamos é o estreitamento de vínculos com a comunidade e o curso de Direito. O desenvolvimento das oficinas em uma sala de aula do Uniritter possibilitou que os participantes percebessem o desejo institucional de abertura para a troca de saberes com a comunidade do seu entorno. Acreditamos que a proximidade favorecida pelas oficinas pode facilitar o desenvolvimento das atividades do SAJUIR, pois muitos participantes nos comentaram que existe por

parte dos moradores do bairro um certo receio de entrarem em nosso Centro Universitário. Entendemos que esta ação extensionista é importante e deve ter caráter permanente de atuação e de reflexão sobre suas práticas. Desta forma, a extensão universitária terá cada vez mais campo de atuação e as barreiras da comunidade, em relação ao medo e à vergonha de freqüentar um lugar diferente e distante de sua realidade, podem ser enfrentadas. Com a comunidade aprendemos que eles não se sentem no direito de entrar pelos portões da universidade para tirar alguma dúvida ou buscar assistência jurídica. Diante desse quadro, percebemos a necessidade de prosseguimento destas ações de contato com membros da comunidade. A troca de experiências com os representantes comunitários que participaram das oficinas foi fundamental no reconhecimento do quanto os processos de consciência e postura crítica frente às desigualdades sociais provoca mudanças nas relações de saber-poder. Através destas pessoas, pudemos ouvir a voz da comunidade, seus pensamentos, medos, anseios e necessidades. A vivência da extensão universitária provoca os saberes acadêmicos jurídicos e convoca os estudantes de direito a utilizarem seus conhecimentos no comprometimento com a transformação social